

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2000**

-----Aos sete dias do mês de Abril de dois mil, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Américo Manuel Machado Gegaloto e João Paulo Marques Dionísio, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Contratação de Empréstimo de Longo Prazo até 500 000 Contos;**-----
 -----**2. Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao Montante de 10% do Fundo Geral Municipal de 2000;**-----
 -----**3. Eleição de Representante para Integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Mário Cascais Xavier, Américo Manuel Machado Gegaloto, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, José António Caeiro Correia, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, José Pedro Simplício Francisco, Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich, Fernando Anjos Cheis, Augusto António Marques Duarte, Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz e Joaquim de Jesus Gomes Casaca, designado, nos termos da alínea c) do n.º. 1 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Junta de Freguesia do Castelo.-----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e uma presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas.-----

-----Verificou-se, também, a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristóvão Rodrigues, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora e Manuel Adelino Bernardino.-----

-----Participou, também, nos trabalhos o Membro João da Silva Lopes, que chegou aquando da

discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo-se registado duas ausências, as dos Membros Aires Patrício Fernandes Lisboa e Francisco Caupers de Sousa Alvim. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Membro Aires Lisboa comunicara a impossibilidade de estar presente nesta sessão, solicitando a justificação da sua falta e que o Membro Nelson Pólvora, após o período da sua suspensão, informara da sua renúncia ao mandato. -

-----Informou, também, que quanto às actas das Assembleias Municipais, o texto final da de 7 de Janeiro de 2000, conforme estipulava o Regimento, fora enviado aos Líderes de Bancada, pelo que perguntava se algum dos Membros tinha sugestões de alteração ao texto final da mesma. -----

-----Não havendo nada a opor, o texto final da acta fora considerado aprovado. -----

-----Relembrou, depois, que numa das últimas sessões já tinham apontado como datas das próximas Assembleias os dias 28 de Abril, 26 de Maio e 30 de Junho. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, tendo o Membro Carlos Afonso solicitado uma cópia da carta enviada por José Marques Gomes Galo sobre a taxa de exploração de inertes. -----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Antes da Ordem do Dia”**.-----

-----Abertas as inscrições, usou da palavra **o Membro Carlos Filipe Oliveira**, para apresentar uma Moção, cujo teor é o seguinte:-----

-----**“ A Assembleia Municipal de Sesimbra vem manifestar a sua total discordância com a política seguida pelo actual governo em matéria de combustíveis, bem como repudiar as manobras e actos de verdadeira intoxicação da opinião pública que o mesmo governo , através dos Ministros Jorge Coelho e Pina Moura, tem praticado. -----**

-----**Assim:**-----

-----**1 – Considera, também, a Assembleia Municipal de Sesimbra que a política de congelamento de preços praticada pelo actual governo, ao contrário do que este pretende fazer crer, não beneficiou nem os cidadãos nem as empresas, porquanto reduções do preço do petróleo durante os anos de 97 e 98 não foram transferidos para os consumidores mas para os cofres do Estado. -----**

-----No entanto, quando confrontado com um aumento do preço do petróleo, que empurram os custos de produção e fiscais dos combustíveis muito acima dos preços artificialmente mantidos, o governo, por motivos eleitorais, primeiro adia a aplicação de medidas tendentes a equilibrar paulatinamente as receitas com os custos para, e quando se anuncia uma baixa do preço do crude, provocar um aumento brutal e incompreensível nos preços do gasóleo e da gasolina.-----

-----2 – Ao tomar a decisão nesta altura do ano, o governo, que, pelos vistos, desconhece como funciona o país, ou sabendo-o actuou premeditadamente, está a provocar sérios danos em sectores económicos e em empresas, cuja decisão sobre preços se produz entre Dezembro e Fevereiro. Na verdade, foi criada pelo anterior e pelo actual governo do Eng.º António Guterres uma expectativa de estabilidade quase perene nos preços dos combustíveis, que foi imediatamente abandonada à primeira dificuldade, ou seja, no momento em que o governo deixou de ter lucro. -----

-----3 – Mas o governo com a Política de facilidade e Paraíso Rosa que incutiu e habituou os Portugueses nos últimos anos, e cujo resultado pernicioso se reflecte neste aumento dos combustíveis, está também, e sobretudo, a prejudicar as famílias que, apanhadas desprevenidas irão ter que suportar não só os aumentos das taxas de juros dos empréstimos já contraídos, como também a inflação induzida provocada por este aumento do gasóleo e da gasolina. -----

-----Esta factura irão as famílias pagar de três maneiras diferentes, uma através do pagamento directo do aumento, outra pela inflação induzida pelos aumentos dos combustíveis e uma terceira pela quebra do poder de compra dos seus rendimentos. -----

-----4 – Com este comportamento face ao preço dos combustíveis, o actual governo do Eng.º António Guterres acentua facetas que já lhe conhecíamos do governo anterior: Tem horror a tomar decisões, e quando as toma mal, pede desculpa mas não emenda. -----

-----A estas acrescem: O olhar para a governação não com um sentido de Estado, mas como a prática de um jogo de sorte e azar, já que o adiar de medidas sobre os preços dos combustíveis e, segundo as palavras do próprio Primeiro Ministro, se deve à expectativa de que houvesse uma inversão profunda no preço dos combustíveis. -----

-----A irresponsabilidade gritante do Governo Socialista merece a indignação de todos os

Portugueses. E mais, quando os seus ministros vêm anunciar falsas medidas, as quais não só minimizam os estragos económicos provocados por uma política eleitoralista e, por isso, desastrosa, como ainda provocam danos irremediáveis em empresas e em sectores económicos, que por serem estratégicos deveriam ser tratados com cuidado acrescido, nomeadamente o dos transportes,-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 7 de Abril de 2000, delibera exigir do governo:-----

-----1 – Que tome, anuncie e pratique, de imediato, medidas concretas que visem proteger os cidadãos e as famílias portuguesas amortecendo as consequências dos nefastos aumentos de combustíveis;-----

-----2 – Medidas concretas que evitem a distorção do mercado em sectores estratégicos como o dos transportes;-----

-----3 – Que anuncie qual o comportamento que irá ter para o futuro, em sede de política energética, nomeadamente quanto aos preços dos combustíveis.”-----

-----O Membro Conceição Morais deu os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal pela sua nomeação para administrador da APSS. Desejava que essa nomeação fosse, de facto, para bem de Sesimbra, que fosse um interlocutor mais fácil e mais compreensivo para os problemas do concelho, do que até agora tinha acontecido.-----

-----Gostaria, igualmente, de aproveitar a oportunidade para manifestar o desejo de que esta nomeação lhes permitisse terem por parte do Presidente da Assembleia Municipal uma atitude diferente em relação aos problemas da nossa terra daquela que tem havido por parte dos Deputados do PS no que se referia aos problemas e às propostas que o Grupo Parlamentar do PCP tem apresentado.-----

-----A talho de foice, aproveitava para informar que o projecto lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que visava remediar o problema do Meco, fora chumbado pelos Deputados do PS, incompreensivelmente. Lamentavam este acontecimento, tanto mais que já alguns Deputados do PS, ex-presidentes de Câmaras lhes fizeram chegar a sua preocupação por não se terem apercebido do que estava a ser discutido e votado.-----

-----Referira, depois, que tivera a oportunidade de visitar a Expo Regiões no Pavilhão da AERSET e para espanto seu andara à procura do pavilhão do Município de Sesimbra e ele não

estava representado porque, independentemente das representações serem mais valorizadas ou menos, o não estar lá fizera-lhe sentir alguma exclusão. -----

-----Gostaria de conhecer as razões que levaram a Câmara de Sesimbra a não estar representada e desejaria que em próximas oportunidades o nosso município estivesse presente ao lado dos outros, porque pensava que também era um factor de valorização do concelho. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as palavras do Membro Conceição Morais e transmitiu a todos os presentes que ponderara muito o velho ditado de que “santos de casa não fazem milagres” que se usava muito na nossa terra e, portanto, fora com uma decisão amadurecida que, sendo uma velha aspiração ter realmente quem pudesse representar os interesses de Sesimbra, do porto de Sesimbra e dos seus pescadores na APSS, não pudera recusar o convite que lhe formularam e naturalmente que procuraria ser sempre um interlocutor à altura dos acontecimentos e necessariamente um defensor dos interesses de Sesimbra e do concelho dentro das possibilidades e no contexto da APSS. -----

-----**O Membro Carlos Afonso**, reforçando aquilo que o Membro Conceição Morais dissera, disse que, de facto, o Presidente da Assembleia com esta nomeação para o cargo da APSS, no seu ponto de vista, sendo sesimbrense, sendo socialista e sendo autarca, iria ter uma oportunidade única, de tentar solucionar ou minimizar aqueles problemas que todos conheciam. Faziam votos para que tivesse força e tivesse esse sentimento porque o concelho e os pescadores mereciam. -----

-----Dirigindo-se, depois, ao Presidente da Câmara, disse que fora publicitado num Boletim da Câmara, salvo erro em Outubro, uma informação em termos do Gabinete de Apoio ao Empresário, referindo-se ao PROAREST, Apoio ao Sector da Restauração. A nova legislação que saíra em finais de 1997 implicava uma nova orgânica em termos de funcionamento dos equipamentos hoteleiros, bares, esplanadas, cafés, etc., e implicava, inclusive, a substituição dos respectivos alvarás por alvarás novos já mediante uma nova legislação que o governo aprovara e que viera de Bruxelas. ---

-----Tendo sido manifestado por vários proprietários de estabelecimentos que o abordaram as dificuldades que tinham tido em termos deste acompanhamento e deste conhecimento e, como era óbvio, que a Câmara teria uma parte de responsabilidade nisto, assim como o Gabinete de Apoio ao Empresário, as Associações de Comerciantes e com certeza as Juntas de Freguesia, perguntava qual era o ponto de situação, em termos de implantação deste novo diploma. -----

----- Este diploma também acompanhava um fundo que ia até 80%, podendo os proprietários

desses estabelecimentos recorrerem a ele. -----

-----Por outro lado, gostaria também de saber se por ventura a Câmara já teria passado alvarás para novos estabelecimentos deste ramo depois desta nova legislação sair sem o cumprimento integral ou em parte dessa nova legislação.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as palavras formuladas pelo Membro Carlos Afonso e disse que esperava que as expectativas criadas não fossem tão altas que ele não conseguisse lá chegar. -----

-----**O Membro António Jorge**, reportando-se à Moção apresentada pelo PSD relativamente ao aumento dos combustíveis, perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se os assuntos de política nacional eram assuntos próprios para trazer a uma Assembleia Municipal. -----

-----Referiu, depois, que o PSD esquecera-se de referir na Moção alguns factos importantes e um dos que achava mais importantes era que o Governo durante três anos não efectuara qualquer aumento nos combustíveis, inclusive, tinha havido até uma pequena diminuição. Achava que esta Moção era perfeitamente factual e estava muito aquém da realidade. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o Regimento da Assembleia, no Período de “Antes da Ordem do Dia”, alínea f) do nº. 1, dizia que aquele Período destinava-se, entre outros aspectos, à apresentação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o município. Competia, naturalmente, à Assembleia Municipal saber se a Moção apresentada tinha ou não interesse para o município.-----

-----De facto, não era muito usual nas últimas Assembleias serem presentes moções de carácter e de âmbito nacional, tendo havido mais a apresentação de matérias de âmbito local, mas não havendo um texto suficientemente taxativo e explícito no Regimento sobre esta matéria, naturalmente que a Assembleia era sempre soberana nestas questões. -----

-----**O Membro José António** referiu que há uns meses atrás perguntara à Câmara qual era o ponto de situação em relação à revisão do Plano Parcial de Urbanização da Quinta do Conde e fora-lhe dito na altura que a equipa que estava a trabalhar no Plano de Urbanização de Santana, que teria acabado por essa altura, iria iniciar de imediato a revisão do Plano Parcial de Urbanização da Quinta do Conde. Gostaria de saber qual o ponto de situação em relação a isso.-----

-----Referiu, depois, que no Boletim Municipal de Julho de 1999 vinha mencionado que tinha sido assinado com pompa e circunstância o documento que visava a construção do Gimno

Desportivo da Quinta do Conde, dizendo o Presidente da Câmara que ainda naquele ano iriam ser desencadeadas as obras. Em recente conversa com um jornalista do Sem Mais o Presidente da Câmara voltava a dizer que ainda este ano iriam começar as obras. Gostaria de saber, em termos temporais, qual era o significado para ele do pronome demonstrativo “este” e do substantivo “ano”.

-----O Presidente também dissera na altura que a comparticipação da DREL era de 100 mil contos, cabendo à Câmara o restante. Um outro documento que ele possuía, dizia que o custo da obra rondava os 150 mil contos e agora o último jornal Sem Mais dizia que o orçamento da obra seria 300 mil contos e que a comparticipação da DREL seria de 120 mil contos. Havia aqui uma amalgama de números que gostaria que o Presidente da Câmara esclarecesse.-----

-----Disse, depois, que tem feito algumas críticas à Câmara e algumas delas têm caído sobre o Pelouro da Cultura. Quando as iniciativas lhe pareciam menos boas, naturalmente que as criticava, quando haviam iniciativas que lhe pareciam francamente boas, naturalmente que não se inibia de as aplaudir e de as louvar e estava neste caso um espectáculo recentemente levado a efeito na Quinta do Conde, proporcionado pelos Santa Maria, que fora francamente magnificente. Não doesse as mãos à Câmara para lhes proporcionar espectáculos daquele valor.-----

-----Por último, referiu que uma diferença de apreciação, pelo menos em duas ou três Assembleias, tinha-lhe oposto ao Membro Miguel Bastos no que dizia respeito à construção do Centro de Saúde da Quinta do Conde, em que ele dizia que a construção daquele Centro de Saúde era uma promessa do PS, textualmente escrita nos materiais das campanhas eleitorais e em que o Membro Miguel Bastos dizia que não era bem assim, mas que teria oportunidade, em próximas Assembleias, de lho provar. Ele na sua procura incessante da verdade, como era seu apanágio, tentara investigar mais profundamente e neste momento estava em condições de provar e comprovar o que então dissera. Por essa razão, enquanto a Quinta do Conde não tivesse o seu Centro de Saúde o Membro Miguel Bastos e, naturalmente, a Câmara, iriam ter que o ouvir até que a voz lhe doesse.-----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira**, reportando-se à questão sobre se a Moção se integrava dentro das possibilidades de discussão desta Assembleia, disse que, no ponto de vista formal, se fosse preciso, integrava-a já, bastando fazer uma alteração e duas ou três referencias, mas pensava que mais do que do ponto de vista da redacção da própria moção, só quem estivesse distraído é que não veria quais eram as influências e qual era o interesse para o nosso concelho que tinha o aumento

dos combustíveis e o reflexo sobre as empresas, quando tinham neste concelho uma quantidade substancial de famílias que se deslocavam para fora dele todos os dias para trabalhar, quer em carro próprio, quer em transportes públicos, que a seu tempo iriam ter os seus aumentos, quando tinham actividades profissionais importantes, nomeadamente transporte de matérias primas e que eram empresas que estavam sediadas neste concelho e eram alguns milhares de pessoas que viviam dessa actividade de transportes.-----

-----Perguntar se este assunto tinha ou não interesse para o Concelho de Sesimbra, das duas uma, ou andavam muito distraídos ou então não conheciam o concelho.-----

-----Quanto à outra questão do governo durante três anos não ter aumentado os combustíveis, também era melhor, porque o preço dos combustíveis em 1997 e em 1998 estava abaixo daquilo que fora fixado quer para o gasóleo (110\$00), quer para a gasolina (160\$00) e o governo nunca o baixara, criando uma estabilidade artificial no preço que o governo ainda aguentara durante algum tempo, simplesmente ao fim de três, quatro, cinco meses não aguentara mais e tivera que fazer o aumento. -----

-----A questão não estava no aumento do preço, porque toda a gente sabia que ele tinha que aumentar e toda a gente sabia que, provavelmente, estavam a pagar os combustíveis 7\$00 abaixo do preço de custo desses combustíveis e não era isso que se criticava. O que se criticava era o facto de se esperar até ao mês de Abril para se fazer esses aumentos, quando contratos colectivos de trabalho estavam negociados e esse aumento ir influir no custo de vida, quando as empresas já tinham negociado os seus contratos para o ano 2000 e em que teriam que rever com grande dificuldade esses mesmos contratos. E mais, quando nesses contratos se incluíam preços de transportes. Era muito fácil o governo vir dizer, relativamente a determinado tipo de transporte, para se aumentar as tarifas, como iria acontecer com as empresas em que o Estado era o accionista maioritário e em que poderia fazer isso, mas haviam aquelas empresas privadas que nem sequer beneficiavam indirectamente dessa protecção do Estado. -----

-----A política e o facto de se ter aumentado duma só vez e no momento em que era aumentado é que era prejudicial e quando se dizia que esta fora uma medida que beneficiava, ela não beneficiava mas prejudicava imenso as empresas e as pessoas. Se os aumentos tivessem sido feitos por fases, as empresas e as famílias tinham-se indo adaptando. Provavelmente até ao verão iriam ter outro aumento. -----

-----**O Membro Miguel Bastos**, referindo-se à intervenção do Membro Carlos Filipe, disse que quando queriam analisar um assunto seriamente e que preocupasse a Assembleia, o concelho ou o país, traziam documentos com a preocupação de analisar honestamente as questões e de forma a que colectivamente pudessem debruçar-se sobre ele e aprová-lo. Ainda há pouco tempo o Membro João Lopes trouxera à Assembleia uma moção sobre as pescas que aprovaram por unanimidade e já de outras vezes também o Membro João Lopes trouxera outras moções também relacionadas com as pescas em que num ou noutra parágrafo discordavam da forma como o problema era apresentado e ele aceitara de imediato a remodelação do texto de forma a que a Assembleia manifestasse com convicção a sua posição e aprovasse, por unanimidade, dentro da medida do possível, o que estava a ser analisado. Esta era a prática que a Assembleia tinha quando se pretendia analisar honestamente, sem provocações, um determinado problema. -----

-----Na realidade o Membro Carlos Filipe não estava interessado em discutir o problema do aumento dos combustíveis, estava interessado em fazer provocações a esta Assembleia, como de vez enquanto era o seu hábito. Quando aquele Membro quisesse discutir honestamente problemas do país, nomeadamente o problema dos combustíveis, a sua bancada estava na disposição de os discutir, agora a provocações não respondia. De modo algum o teor desta moção poderia ser aprovada pela Bancada do PS.-----

-----**O Membro António Jorge** disse que também achava que isto era uma discussão interessante para se ter antes da Assembleia e depois preparar um documento em conjunto que, eventualmente, poderia ser aprovado por todas as bancadas. -----

-----Também considerava que isto seria uma discussão interessantíssima numa Assembleia da República, não numa Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente ao argumento utilizado pelo Membro Carlos Filipe de que o aumento dos combustíveis afectava directamente a população do Concelho de Sesimbra, ele também achava que afectava, assim como afectava a população de todos os concelhos do país, assim como as taxas do IRS afectavam directamente a população dos concelhos deste país.-----

-----Relativamente ao não conhecer o concelho, tinha 34 anos, nascera nesta terra e conhecia muito bem o concelho e não era só andar de barco na costa e conhecer a serra na costa. Andara no meio da serra, andara na Lagoa de Albufeira, fizera campismo, andara nas praias deste concelho, conhecia todas as povoações e se o Membro Carlos Filipe quisesse provar que conhecia este

concelho melhor que ele que tentasse.-----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que qualquer que fosse a forma como a moção fosse apresentada, ela constituiria em todas as situações um embaraço para o PS a discutir. Levantavam questões do ponto de vista formal, levantavam questões do ponto de vista da apresentação da redacção. Não se lembraria provavelmente o PS, doutras épocas em que não era governo, das moções que também apresentava. -----

-----Do ponto de vista da seriedade era preciso dizer que o PS não queria discutir esta questão porque não o sabia fazer e porque sabia que não tinha razão. Por isso mesmo compreendia que o PS nem sequer propusesse discutir ou retirar algumas frases ou alguma coisa e a rejeitasse.-----

-----Ele não estava minimamente preocupado em trazer coisas que pudesse não afectar a susceptibilidade do PS, porque também no seu tempo o PS não se importava de ferir susceptibilidades fosse de quem fosse. Se hoje se feriam com mais facilidade, se calhar se pensassem naquilo que tinham feito no passado, também veriam que tinham feito a mesma coisa. Se quisessem votar votassem se não quisessem não votassem. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** disse que a sua bancada e, nomeadamente, a sua pessoa, não tinha qualquer dificuldade em discutir o problema dos combustíveis. A única coisa que poderia dizer era que isto era da mais baixa provocação, aliás, típica da desorientação política do PSD e, portanto, da sua parte não merecia qualquer comentário. -----

-----**O Membro Mário Cascais Xavier** disse que agora toda a gente falava por os preços terem aumentado mas quando estavam baixos e que deveriam ser proporcionais nenhum partido da oposição se manifestou. Aliás, tinha assistido ao debate na Assembleia da República através da televisão e ouvira situações, algumas mais contundentes do que outras, mas em relação ao PSD a coisa fora muito regular, portanto, ficava admirado que o Membro Carlos Filipe trouxesse agora esta questão. -----

-----Também fora falado que o PS estava a levar o país para aqui e para acolá, mas ele tinha uma nota de uma empresa que mantivera a cotação de riscos de crédito de AA e tivera para dívida de longo prazo A1. Independentemente dos partidos, as pessoas também apreciavam isto e chegavam à conclusão que isto não estava tão mal como queriam fazer sentir. Aliás, tinham tudo na mão para resolver o problema. Provocassem novas eleições e depois iriam ver como era, só que eles não tinham era coragem para isso. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** esclareceu que uma das coisas que o PSD vinha desde há muito tempo chamando a atenção do governo era para o facto de ter sido desfeita uma coisa que o PSD tinha feito, que era a aplicação de uma fórmula de acerto do preço dos combustíveis, quer eles subissem, quer eles descessem. Durante o tempo do PSD tinham havido descidas e subidas quinzenais no preço do petróleo porque era aplicada uma determinada fórmula e se essa fórmula se tivesse mantido em vigor os portugueses teriam beneficiado muito tempo com as descidas do preço do petróleo e teriam sido penalizados quando ele subira, mas ele só começara a subir em 1999, ou seja, entre 1995 e 1999 tinha havido descidas nos preços dos combustíveis que não foram acompanhadas nos preços das bombas dos consumidores porque o PS usara uma política de congelamento do preço. Essa mesma política fora boa para o governo PS porque o preço do crude baixara e ele arrecadara mais impostos e fora má no momento em que começara a subir e nesse momento tiveram que aumentar passados uns meses, devendo terem-no feito no momento em que o preço começara a aumentar. Deveríamos ter os malefícios e os benefícios.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que a Bancada da CDU achava que esta moção tinha alguma importância. Por outro lado, deveriam dizer, também, que em matéria dos fundamentos que a comportavam não se pronunciavam sobre eles. Também consideravam pertinente aquilo que se estava a propor na moção. Se o proponente entendesse retirar a moção para ser melhor trabalhada concordavam, se não entendesse retirar também estariam disponíveis para a votar.-----

-----Referiu, depois, que sabiam que hoje em dia a cultura do português, em termos de matéria de aumentos, reagia por norma em cima da matéria às vezes a quente e não havia nenhum que quisesse sentir os seus impostos aumentados e a Bancada do PS aceitaria perfeitamente isto, porque, ao fim e ao cabo, eram todos portugueses e cidadãos deste país.-----

-----**O Membro Mário Cascais** disse que realmente a fórmula fora modificada mas nessa altura ninguém se levantara contra a sua modificação e agora esta questão era deixarem passar tudo, procurarem que as coisas seguissem neste caminho para depois poderem fazer uma pressão grande para ver se o PS se ia embora. O PS estava à espera que tivessem coragem e criassem forças para o mandarem embora.-----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente** deu os parabéns a todos os Membros por terem finalmente instalações próprias e dignas, regozijando-se pelo facto.-----

-----Reportando-se às questões colocadas à Câmara, disse que era certo que um dos objectivos da

Câmara, em termos económicos, no vector do turismo, era promover Sesimbra fora de portas tanto em Azeitão como no estrangeiro quando fosse possível e o período da Expo Regiões que estivera patente na AERSET coincidira com uma outra feira internacional que se realizara em Ponte Vedra, na Galiza, que era a Feira Turisporte. Entendera o Vereador do Pelouro, depois de uma conversa que tivera com ele, que seria bom e importante para os nossos agentes económicos concelhios que promovessem este ano Sesimbra no estrangeiro, razão pela qual não tinham estado presentes na AERSET. Sabiam de antemão que os Galegos visitavam muito Portugal e Sesimbra poderia ser, a partir de agora, um local de atracção para esses mesmos Galegos. -----

-----Fora uma feira que tivera uma organização excelente e que em termos de divulgação e promoção do nosso concelho só não tinha sido melhor porque infelizmente as principais unidades hoteleiras da vila não tinham dado resposta à solicitação da Câmara no sentido de darem documentação de modo a que pudessem “vender” essas mesmas unidades hoteleiras. De qualquer forma, distribuíram pastas com toda a documentação referente ao Concelho e sacos de papel do município com toda a documentação que permitira divulgarem e promoverem Sesimbra numa forma digna. -----

-----Informou, ainda, que era natural que em breve estivessem também numa outra feira em Espanha, próximo de Sevilha, porque era fácil hoje, com as acessibilidades que tinham ao nosso país, deslocarem-se rapidamente até Sesimbra. -----

-----Quanto há alguns meses dizer numa Assembleia Municipal que havia uma equipa técnica que estava a trabalhar o Plano de Urbanização de Santana, dissera a verdade e também não tinha mentido quando dissera que após concluído aquele Plano de Urbanização essa mesma equipa iria pegar na revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde. Fora isso que acontecera e essa equipa estava a trabalhar na revisão do Plano. Era certo que ainda não estava revisto, poderia dizer que estavam a trabalhar de modo a que quanto antes a Câmara pudesse pronunciar-se sobre essa mesma revisão e fazer a sua entrega na Assembleia Municipal. -----

-----Decerto também que no “Sesimbra Município” de Julho de 1999 deveria estar escrito que previam o início das obras do Pavilhão Gimno Desportivo da Quinta do Conde ainda para 1999. Infelizmente para os jovens da Quinta do Conde não tinha havido a possibilidade dessa obra ter o seu início naquele ano, mas estavam certos que durante o corrente ano ela seria uma realidade. -----

-----Disse, depois, ao Membro José António, que não tinham assinado com pompa e

circunstância o protocolo com a DREL, mas com naturalidade e humildade.-----

-----Quanto às verbas, era verdade que a DREL iria compartilhar com 100 mil contos, acrescidos de mais 20 mil contos para os arranjos exteriores e a obra importava em 300 mil contos.

-----Dada a palavra **ao Vereador Cristovão Rodrigues**, este, reportando-se à questão colocada pelo Membro Carlos Afonso sobre a PROAREST, disse que tinha a ver com o Decreto-Lei nº. 168/97. Este decreto-lei extinguiu as licenças de porta aberta que antigamente eram passadas pelos Governos Cívicos, tornando suficiente as licenças de utilização para que um estabelecimento pudesse funcionar. Não substituindo os alvarás das licenças existentes, apenas tornava bastante a licença de utilização e os alvarás existentes a esta data.-----

-----Este decreto-lei marcava, por regulamentação posterior, um conjunto de obrigações para com os comerciantes relativamente aos seus estabelecimentos. Em termos de enquadramento no tempo era importante todos terem a noção de que havia um vazio de intervenção prática e efectiva no terreno, isto porque os Governos Cívicos funcionavam um pouco como comando à distância, passando as licenças de porta aberta sem uma verificação efectiva no terreno. De certa forma, quase que o único controlo que era exercido pela Câmara, e também era apenas essa a sua competência na altura, era quando haviam processos de obras ou a construção de novos espaços e, portanto, na altura da emissão da licença de utilização e do alvará originais para esse estabelecimento a comissão de vistorias fiscalizava. Havia alguma fiscalização pontual e um pouco ténue por parte da Inspeção das Actividades Económicas e tão só.-----

-----Este decreto-lei veio também acometer para as autarquias competências específicas, em termos de fiscalização.-----

-----Em 1998, pouco tempo depois de terem tomado posse, fizeram avisos no Boletim Municipal relativamente à saída deste decreto-lei, foram feitos avisos através das associações de comerciantes, tinha também quase a certeza que a própria AREST fizera um aviso a todos os seus associados e era de notar que praticamente toda a gente ligada à restauração em Sesimbra eram sócios, portanto, deveriam ter sido avisados.-----

-----Não achando suficiente todo este conjunto de acções, ainda antes do fim de Setembro de 1999, quando terminara o prazo de 2 anos que a legislação previra para que os comerciantes pudessem fazer as alterações que o decreto-lei impunha nos seus estabelecimentos, deram indicações precisas para que a fiscalização da Câmara fosse a todos os estabelecimentos abrangidos

por este decreto-lei e lembrassem todos os comerciantes. Fora feito até um inquérito para tentarem aquilatar daqueles que tinham intenção de, efectivamente, virem a fazer alterações nos seus estabelecimentos e se tinham possibilidade de as fazer. Portanto, tinham tido o cuidado de porta a porta terem uma atitude pedagógica junto dos comerciantes, através da fiscalização da Câmara. -----

-----Após o término dos 2 anos e preocupados com o facto de sentirem no trabalho de campo da fiscalização que muitos dos comerciantes ainda não tinham preocupação relativamente a esta situação, criaram uma comissão de trabalho que reunia a Câmara, o Centro de Saúde e os Bombeiros, no fundo as entidades que estavam depois presentes na comissão de vistorias que actuava no terreno, comissão esta que tinha o intuito de visitar todos os estabelecimentos, verificar das suas condições actuais e da sua adequabilidade face àquilo que a lei obrigava e têm vindo a sugerir alterações práticas nos estabelecimentos, até porque da parte da Câmara estava nessa comissão um arquitecto, um engenheiro, um elemento da fiscalização e um elemento jurídico. A comissão dava um prazo, findo o qual haveria uma atitude de fiscalização procurando que se cumprisse aquilo que a própria lei determinava e que estava hoje em dia acometido, em termos de responsabilidades e competências específicas, à Câmara.-----

-----Quanto à questão de saber se os estabelecimentos novos estavam a ser licenciados conforme aquilo que a lei determinava, era lógico que, quer a Câmara, quer o Centro de Saúde, quer os Bombeiros estavam a cumprir a lei. -----

-----Quanto ao PROAREST e à sua divulgação, como vira e muito bem, fora feita no Boletim “Sesimbra Município” e no próprio Gabinete de Apoio ao Empresário existia informação disponível. Não sabia se teriam entrado muitos processos porque muitos poderiam ter ido directamente para o IAPMEI. Alguns tinham passado e tinham sido encaminhados pelo Gabinete, bastava dizer que em cerca de um ano o GAE fizera cerca de 150 atendimentos, o que fora até louvado a nível da rede pela sua excelente actividade. -----

-----Deu, depois, uma nota positiva à Bancada da CDU, nomeadamente ao Membro Carlos Afonso, pela sua intervenção sobre esta matéria, porque demonstrava uma atenção a problemas pertinentes no nosso concelho. -----

-----Quanto à intervenção do Membro José António queria também agradecer a nota positiva que dera relativamente ao espectáculo da Quinta do Conde, mas gostaria apenas de dizer que este espectáculo fora sugerido pela Comissão Municipal da Juventude e tinha a ver com a política que

preconizavam de, relativamente aos diferentes acontecimentos ou à vida activa em determinados sectores, nomeadamente muitos ligados à cultura, preocuparem-se em dar o protagonismo às pessoas. O protagonismo deste espectáculo era uma quota parte da Câmara mas em grande parte de toda a Comissão Municipal da Juventude. Nem sempre o protagonismo das pessoas resultava em coisas tão positivas, como fora o caso do carnaval, que também referira na outra vez, mas era com estes prós e contras que iam tentando lidar exactamente com o protagonismo das forças vivas de Sesimbra. -----

-----Não havendo mais inscrições, **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção apresentada pela Bancada do PSD, atrás transcrita, tendo sido rejeitada, por maioria, com 12 votos contra do PS e 8 votos a favor, da CDU e do PSD.** -----

-----Pelo **Membro Miguel Alarcão Bastos** foi feita a seguinte **Declaração de Voto**, em nome da Bancada do PS:-----

-----“ *A Bancada do PS votou contra a intervenção intitulada moção do Membro Carlos Filipe Oliveira por ela constituir uma análise deturpada da política de governação do PS, aliás, dentro da mais pura linha de desorientação política que caracteriza o PSD do momento.* -----

-----*O PS não responde a provocações do Membro Carlos Filipe, por isso nem discutiu o teor da sua moção dado que o seu conteúdo constitui apenas e só, como já referimos, uma provocação, não existindo qualquer preocupação em discutir seriamente o problema”.* -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira**, fez, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“ *A Bancada do PSD votou favoravelmente a moção não só por a ter apresentado, mas também por entender que é uma questão extremamente pertinente neste momento e que prejudica gravemente a política energética do governo e prejudica gravemente todo o país.* -----

-----*Por outro lado, pensavam que o PS teria alguma margem de manobra, pelo menos de consciência, para poder criticar os actos do seu próprio governo, o que na realidade não acontece. Verificamos que o PS hoje toma posições autistas, como vimos no passado, que nós próprios também as tomámos e das quais pagámos as consequências. Esperemos que tão breve quanto possível venham a verificar os erros que estão a fazer.”* -----

-----Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período da “Ordem do Dia”**, abrindo a discussão do ponto 1: **Contratação de**

Empréstimo de Longo Prazo até 500 000 Contos. -----

-----Informou que este assunto baixara à Comissão “B”, que reunira e emitira uma acta que iria ser distribuída aos Membros, não tendo emitido qualquer orientação de voto, ficando o assunto para o plenário. -----

-----Dada a palavra ao **Coordenador da Comissão**, Membro Carlos Filipe Oliveira, este esclareceu que esta reunião tivera lugar no dia 5 e como os apontamentos que tinha feito na reunião não eram muito perceptíveis, não deixara aos serviços, tendo hoje à última da hora entendido trazer no mínimo os tópicos daquilo que fora tratado na reunião da Comissão e, por isso, pedia imensa desculpa por a acta não vir melhor em termos de composição e português. Iria, depois, pedir aos serviços para que a redacção fosse melhorada de forma a que fosse integrada dentro dos arquivos da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que na acta havia uma solicitação ao Presidente da Assembleia Municipal para informar sobre a reunião com a ACRUTZ, tendo informado que a reunião tinha sido para apresentação do projecto, não sabia o que é que tinha a ver com a Comissão “B”. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** esclareceu que um dos pontos da Ordem de Trabalhos da reunião da Comissão era a análise do contrato com a ACRUTZ sobre a cedência do terreno para as instalações quer da sede, quer do polidesportivo e ao analisarem os documentos que existiam verificaram que tinha havido uma reunião entre o Presidente da Assembleia Municipal e a ACRUTZ e uma das conclusões da Comissão fora solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que esclarecesse a Comissão sobre o teor dessa reunião para verem se efectivamente tinha a ver com a questão que estava em apreciação na Comissão. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a reunião com a ACRUTZ, a solicitação daquela Associação, tinha a ver com a apresentação do projecto e, portanto, não tinha nada a ver com o assunto que estava em debate na Comissão “B”. Se o tivesse teria informado a Comissão da matéria que lá se tinha tratado. -----

-----Perguntou, depois, à Câmara Municipal se desejava apresentar o processo ou se aguardaria os pedidos de esclarecimento, caso existissem. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** informou que este empréstimo se destinava ao sector da educação e visava dotar as estruturas do ensino das quais a Câmara era responsável de melhores

condições para os jovens que frequentavam esses estabelecimentos de ensino. Todos sabiam do estado de degradação em que o parque escolar se encontrava e também da elevada carência que existia quanto a novas salas de aulas.-----

-----Uma vez que estava quase concluída a carta escolar estavam desde já identificadas as carências e, como tal, haveria que começar a trabalhar seriamente neste sector. As obras que pretendiam realizar constavam do processo que estava em poder de todos os membros da Assembleia, nomeadamente a construção de 7 salas para jardim de infância, construção, remodelação e beneficiação de estabelecimentos do 1º. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Básico Mediatisado, construção da escola do Conde 1, construção de arranjos exteriores nalgumas escolas com grande incidência na escola de Sesimbra e também uma verba com vista à construção do Pavilhão Gimno Desportivo da Quinta do Conde. Previam que todas estas obras estivessem concluídas até ao final do ano que vinha e naturalmente para que a Câmara pudesse executar todas elas tinha necessidade de contrair o empréstimo de 500 mil contos. Estavam certos que os próprios membros da Assembleia também reconheciam da necessidade de investirem em todo o parque escolar e como tal estavam convictos que a Assembleia iria aprovar este pedido de empréstimo.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que estavam em presença de mais uma contracção de empréstimo para uma matéria, e neste caso de facto a matéria era sensível, parque escolar. Pensava que ninguém tinha nada a opor em termos da sensibilidade da questão em si, mas gostava de dizer que também estavam em presença de uma opção política desta gestão socialista. Não estava em causa a parte técnica da proposta, mas a opção política e a fundamentação da própria proposta. Depois desta maioria estar em exercício de funções há cerca de dois anos e pouco vinha agora fundamentar que tinham encontrado o parque escolar em extrema degradação física, ao nível dos equipamentos desportivos as carências eram elevadíssimas, que a carta escolar começara a ser elaborada e que ao fim destes dois anos ainda não estava concluída mas já era sensível algum resultado daí. -----

----- Fundamentava também a Câmara do êxito total da matéria de descentralização para as Juntas no acompanhamento disto e argumentava também de que era previsível o alargamento futuro de novas competências na área dos equipamentos escolares que pudessem aparecer, não referindo nessa fundamentação se essas competências viriam ou não acompanhadas de algum financiamento possível e se seriam para já ou se seriam para depois das próximas eleições autárquicas. -----

----- Referia, também, a Câmara na sua fundamentação de que estas obras estavam em Plano e que terminariam no ano 2001, de que todos os projectos estavam em adiantado estado de elaboração e de que as finanças da autarquia suportava mais este endividamento e ainda outro se fosse preciso.

-----Estes argumentos preocupava-os e tanto esta opção política como os argumentos apenas responsabilizavam a maioria socialista. -----

----- Face a esta fundamentação constataram o aumento do endividamento da Câmara e que, independentemente dos fluxos de dinheiro que esta gestão tem tido acesso durante estes dois anos, para se poder avançar para qualquer objectivo só lá iam com empréstimos. Constatava-se também, e tendo em consideração que só agora ao fim de dois anos é que a Câmara vinha fazer esta solicitação de empréstimo para o parque escolar e equipamentos desportivos, que o PS errara em termos de opção política e de gestão, ou seja, entendera que seria mais benéfico partir para dois anos de apoios sem precedentes às colectividades e a todos os grupos do concelho e ao fim de dois anos vinham dizer que tinham recebido o parque escolar degradado e que equipamentos desportivos nem vê-los.

-----Se a CDU fosse gestão com maioria na Câmara iria primeiro olhar áquilo que era o nosso património, se de facto estivesse em tão adiantado estado de degradação seriam para aí canalizadas as verbas e, depois, em simultâneo, se houvesse essa possibilidade, abria os cordões à bolsa para apoiar as colectividades. -----

-----Por outro lado, também constatavam que o PS não cumprira aquilo que estava escrito e aquilo que dissera diversas vezes, que era, com eles endividamento não. -----

-----Perguntou, depois, tendo em consideração estes dois últimos anos de gestão com os fluxos financeiros que tinham tido, porque razão é que não tinha havido uma certa contenção em termos das despesas do município, basicamente ao nível das despesas correntes, para se poder fazer frente a esta necessidade que só agora ao fim de dois anos vieram a detectar. -----

-----Por último, perguntou que resposta é que esta maioria socialista iria ter para os novos equipamentos que implicavam grandes investimentos, que a médio prazo iriam ter no concelho.-----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que eram sensíveis à questão do parque escolar, porque entendiam que só poderia haver aproveitamento e qualidade quando as nossas crianças e os professores tivessem condições de trabalho decentes, dignas e apropriadas. Outra coisa era verificarem que a Câmara vinha pedir meio milhão de contos para realização de obras de melhoramentos e para novas salas de aulas. A Câmara nestes últimos dois anos tivera,

efectivamente, um fluxo de receitas, nomeadamente quanto ao imposto de Sisa, algo de extraordinário. Pensava que esta Câmara fazia como a cigarra, ou seja, cantava, gastava, desperdiçava e esquecia-se que este maná da Sisa, e felizmente para o concelho, também havia um dia de parar , e dizia felizmente para o concelho porque nem ele nem ninguém gostaria de ver o Concelho de Sesimbra igual ao Concelho do Seixal, ou igual ao Concelho de Almada, ou igual a tantos outros concelhos em que cresciam prédios, nem gostaria de ver o tal betão que o PS tanto lutara contra, se apoderar do nosso concelho. -----

-----Poderia ter havido alguma contenção nas despesas correntes para a realização de alguns investimentos. O que verificavam era que para qualquer investimento de algum vulto a Câmara Municipal não fazia qualquer esforço em termos de poupança nas despesas correntes, recorrendo imediatamente ao empréstimo a longo prazo, que era aquilo que era mais fácil. No fundo, era hipotecar a Câmara e as suas receitas para os próximos anos. -----

-----Por outro lado, e nas explicações que foram dadas à Comissão, em relação aos valores envolvidos em cada um destes investimentos haviam três parcelas: Uma parcela que iria ser efectivamente um investimento de receitas próprias da Câmara, outra parcela iria ser através do empréstimo e uma outra parcela de apoios do Governo. A questão que neste momento punha era que relativamente àqueles apoios que o Governo iria prestar nestes investimentos não estavam definidos, o que significava que o empréstimo que hoje certamente iria ser aprovado, que se destinava para um determinado fim poderia não servir para esse determinado fim, porque a Câmara Municipal iria utilizá-lo na sua totalidade, iria utilizar as participações do Estado na sua totalidade e iria diminuir aquilo que era o investimento próprio da Câmara nestas obras. No seu ponto de vista, aquilo que deveria de acontecer era que os empréstimos deveriam servir, eventualmente, para cobrirem a diferença entre o somatório do investimento que a Câmara poderia fazer e aquele que o Governo iria fazer. -----

-----Era seu entender que esta questão do empréstimo para determinadas obras, e quando existia a possibilidade de financiamento do Estado, só deveria vir à Assembleia Municipal quando estivessem programadas esses mesmos investimentos do Estado para saberem qual era o verdadeiro empenhamento do Estado, qual era o verdadeiro empenhamento da Câmara a até aonde é que deveriam ir com o empréstimo. -----

-----Se as coisas fossem bem feitas, provavelmente não estariam ali a falar do empréstimo de

500 mil contos, mas talvez do empréstimo de 400 mil contos e isto não contando com a possibilidade do maior comprometimento através de receitas próprias da Câmara Municipal. Por isso mesmo não poderiam concordar com este pedido de empréstimo e, aliás, nem o PS se tivesse memória poderia concordar com ele, porque quando a Câmara anterior pedia empréstimos uma das coisas que o PS sempre dizia era que aprovariam o empréstimo se conhecessem à exaustão quais eram as perspectivas de endividamento da Câmara, quais eram as perspectivas de investimento, quais eram as perspectivas de poupança em termos de despesas correntes. Agora o PS fazia exactamente aquilo que era feito antes mas para pior porque nem sequer as verbas que traziam estavam escarpelizadas nos documentos que tinham sido enviados. Em relação às contrapartidas do governo, tudo o que lhes apresentavam eram cálculos e não eram verbas concretas e, por isso, não poderiam aprovar este pedido de empréstimo. -----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, o **Presidente** disse que a CDU reconhecia que o parque escolar estava degradado e que necessitava de novas salas de aulas e que se fossem maioria na Câmara investiriam primeiro na conservação e manutenção das escolas e na construção de novas salas de aulas e depois apoiariam o movimento associativo. Tinham sido maioria na Câmara até 31 de Dezembro de 1997, não investiram no parque escolar e no apoio ao movimento associativo e hoje reconheciam que esta Câmara socialista estava a léguas de distância do apoio que no passado era dado. Aliás, não era só a CDU que reconhecia isso, como eram os próprios dirigentes do movimento associativo concelhio que em qualquer cerimónia pública reconheciam o papel importante que a Câmara tem tido ao longo destes dois anos e três meses no apoio ao movimento associativo. -----

-----Entendiam que aquilo que vinham fazendo era o correcto e só agora iam investir na área da educação porque só agora com este executivo de maioria socialista é que tinham uma carta escolar.

-----Preocupavam-se com o endividamento mas também queriam realizar obra. Naturalmente que iriam investir em obras novas, a conduta de abastecimento de água à Lagoa estava para breve, a Casa do Bispo em breve seria uma realidade, a Capela do Espírito Santo, a Biblioteca Municipal, depois iriam ter obras que estavam no PIDDAC como o nó desnivelado da Quinta do Conde, a Estrada Nacional 10, a variante do porto de abrigo, a variante de Santana, o cemitério da Aiana que em Maio ou Junho já iria ser posta a concurso a obra, as novas instalações da Fonte de Sesimbra para dar melhores condições de trabalho aos funcionários, Pavilhão Gimno Desportivo. Portanto,

tudo isto era fruto de um trabalho que a Câmara vinha desenvolvendo e que em breve seria uma realidade.-----

-----Também diziam que esta Câmara gastava e desperdiçava. Ela gastava em equipamentos sociais, gastava nas infraestruturas, nas águas, gastava na recuperação do património construído, gastava na melhoria de condições para os funcionários e iriam continuar a investir para que eles tivessem melhores condições de trabalho e até os Vereadores dos partidos menos votados passaram a ter instalações dignas que nunca tiveram no passado. -----

-----Este era o primeiro empréstimo para a área de educação e havia o compromisso que estas obras até 2001 iriam estar concluídas.-----

-----**O Membro António Jorge Alves** disse que o pedido de empréstimo que a Câmara propusera à Assembleia era de louvar porque realmente o parque escolar deste concelho precisava de investimento e porque era politicamente correcto. -----

-----Também achava que trazia uma grande vantagem para o concelho, que era atrair investidores, uma vez que ia aumentar a qualidade de vida da população, porque tendo melhores escolas a população interessava-se mais em fixar no concelho, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos tempos. -----

-----Pensava que esta medida apresentada pela Câmara era, também, tecnicamente correcta, porque, como poderiam ver pela documentação enviada, a capacidade de endividamento da Câmara Municipal estava muito aquém dos seus limites e estas conclusões eram tiradas pelos técnicos da Câmara e com certeza que tirariam qualquer dúvida fosse a quem fosse. -----

-----**O Membro Carlos Filipe de Oliveira** disse que não contestava a questão que trazia este pedido de empréstimo, aquilo que entendia era que nesta política de empréstimos não existia definida uma política de investimentos da Câmara Municipal em termos do médio prazo. Era evidente que a Câmara tinha capacidade de endividamento e essa capacidade era contrair mais empréstimos. A sua preocupação era, estando a Câmara a receber receitas extraordinárias no que respeitava às receitas correntes, que não investisse e não utilizasse mais essas receitas correntes em despesas de capital e que sistematicamente estivesse a recorrer a empréstimos que vinham onerar o futuro do concelho. Hoje em dia os juros estavam baratos mas estes empréstimos não eram a oito dias nem a dois, nem a três anos e eles não sabiam, no futuro, até que ponto iriam ter dificuldades em pagar os empréstimos e que eles viessem a onerar de forma substancial o serviço da dívida da

Câmara Municipal como já acontecera no passado.-----

-----Se estivessem numa situação de grandes dificuldades de obtenção de receitas e que para fazerem investimentos importantes como era este tivessem que recorrer a empréstimos estariam de acordo, agora aquilo que tinham hoje era uma situação de receitas perfeitamente desafogadas e pediam empréstimos.-----

-----Aquilo que pediam à Câmara era que contivesse algumas despesas e que aproveitasse esta situação de alta para poder ter um esforço maior de capitais próprios para poder fazer alguns investimentos.-----

-----**O Membro Carlos Afonso**, reportando-se à intervenção do Presidente da Câmara Municipal, disse que aquilo que tinha referido era que a matéria era sensível e não que os jovens do concelho não mereciam melhores condições.-----

-----Quanto ao movimento associativo, de facto, aquele movimento até esfregava as mãos quando o Presidente ia aos aniversários porque sabia que estando presente viria de certeza subsídio ou uma promessa.-----

-----Aquilo que achavam era que com o fluxo que o PS tinha tido durante estes dois anos a Câmara deveria fazer uma contenção das despesas, para poderem responder àquilo que lhes era agora solicitado, e tendo em consideração aquilo que o Membro Carlos Filipe dissera, de facto em matéria de apoio do governo na documentação estava zero.-----

-----Para terminar, reafirmava mais uma vez que o PS mentira à população do concelho nas últimas eleições autárquicas, porque o que lá diziam era que endividamento não.-----

-----**O Membro Miguel Bastos**, começando pela frase do Membro Carlos Afonso de que o PS tinha mentido, disse que aquilo era falso porque o PS nunca dissera "endividamento não", o que dissera fora "endividamento sem obra não", o que era completamente diferente, assim como sempre afirmaram que se opunham a alguns dos empréstimos que eram solicitados porque, em primeiro lugar, desconheciam as condições financeiras da Câmara e a sua capacidade de endividamento e, em segundo lugar, porque muitas das propostas de endividamento que eram solicitadas não estavam devidamente explicitadas em relação ao tipo de acções que se pretendiam desenvolver.-----

-----O Presidente da Câmara já tivera a oportunidade de esclarecer a Assembleia sobre alguns dos aspectos que levaram o executivo do PS a solicitar o empréstimo de 500 mil contos. A oposição tinha que fazer o seu papel, não poderia aprovar um empréstimo que iria constituir mais uma fonte

de desenvolvimento para o concelho e como não podia dizer que não às escolas e ao desenvolvimento escolar, tinha que arranjar argumentos para sair de uma forma airosa deste embaraçoso processo.-----

-----Quem ouvia a Bancada da CDU falar parecia que não tinha sido governo neste concelho durante 20 anos e parecia que não sabia a forma como deixara as escolas deste concelho. Havia que ter alguma coragem de resolver os problemas. Se sistematicamente criticavam o governo do PS porque não fazia, sistematicamente criticavam o governo da Câmara socialista porque queria fazer e o que custava à oposição era ver que eles estavam empenhados em resolver os problemas da população, que tinham capacidade de endividamento e que tinham capacidade de fazer obra. -----

-----**O Membro Conceição Morais** disse que tinham que ser muito razoáveis nas afirmações que faziam. Havia muitos vereadores do actual mandato que tinham sido vereadores em mandatos anteriores e conheciam tão bem quanto alguns Membros da Assembleia que também já tinham sido vereadores, o esforço que era feito anualmente para fazerem obras de manutenção às escolas e também conheciam como era o parque escolar antes do 25 de Abril. Era injusto dizerem que não tinham dado atenção ao parque escolar.-----

-----Quanto à carta escolar, no mandato anterior, era ela presidente de junta, participara numa reunião com alguns professores, educadores de infância e encarregados de educação, onde se tinha discutido as premissas que levaram à feitura deste documento que se previa vir a ser aprovado a curto prazo. A CDU já não tivera tempo de o concretizar, mas já eram decorridos dois anos e três meses e parecia que também havia alguma dificuldade de tornar executáveis alguns projectos. -----

-----O Presidente da Câmara, em torno da questão do empréstimo dos 500 mil contos para aproveitamento do parque escolar, aproveitara também para fazer mais uma vez propaganda das obras que iriam ser realizadas. Esperava que as obras fossem efectivamente realizadas porque estavam passados dois anos e três meses e a única obra efectivamente concretizada na Freguesia de Santiago, em matéria de património, era este Auditório. Havia projecto aprovado para o cinema municipal, fizessem-no. Seria que estavam à espera do ano 2001, ano eleitoral ?-----

-----**O Membro Miguel Bastos**, a título de esclarecimento, disse ao Membro Conceição Morais que o projecto do cinema municipal não estava aprovado e por isso é que ainda não tinha obra. O que estava aprovado era o plano geral do projecto. -----

-----**O Membro João Capítulo** disse que era reconhecido que o parque escolar era uma matéria

muito sensível, também estavam de acordo com a capacidade de endividamento, agora parecia era que não estavam de acordo com a capacidade de gestão. Ele acreditava neste executivo e se haviam sectores a trabalhar de maneira exemplar, este sector da economia e finanças era precisamente um deles. -----

-----Em relação à capacidade de gestão, tanto agora como no passado estavam em desacordo, porque não sendo ele membro da Assembleia no passado, lembrava-se, quando assistia, de alguém que na altura era oposição, dizer que aí é que estava o busílis da questão porque não sabiam gerir aquilo com que se comprava laranjas e outras coisas e a prova disso estava na situação que se tinha chegado não só nas escolas mas também nas infraestruturas básicas todas, assim como no património e a provar que aquilo que ele estava a dizer estava certo tinha sido o resultado a que tinham chegado no dia 14 de Dezembro de 1997. -----

-----Quanto a dizerem que se deveria conter as despesas correntes, ou não sabiam o que estavam a dizer ou não diziam aquilo que sabiam. Este executivo tem contido as despesas correntes e estava a fazê-lo de tal maneira que era a primeira vez que um executivo aplicava receitas correntes em despesas de capital e isto era um sintoma de saúde e de vitalidade na gestão do município. -----

-----**O Membro João Lopes** disse que empréstimos iriam ser sempre solicitados fosse com que executivo fosse e ele iria abster-se na votação deste empréstimo mas estaria cá para analisar até que ponto é que este executivo tivera capacidade para gerir este empréstimo. -----

-----Reportando-se, depois, à intervenção do Membro António Jorge Alves, disse que ele tinha dado uma imagem da boa qualidade de vida que se vivia no concelho só que ele se esquecera das centenas ou milhares de pescadores que não tinham o mesmo optimismo que ele. Sendo ainda hoje o sector das pescas o mais importante do concelho, há dez anos atrás o número de embarcações reduzira 40%, o número de pescadores efectivos eram 2 500 e agora eram 1300, em centenas de jovens que se formavam profissionalmente no Centro de Formação Profissional da Forpescas hoje apenas 2% ou 3% é que iam para a pesca. Por tudo isto, a pesca não poderia comungar desse optimismo. -----

-----Equiparando só a 4 meses atrás, a produção de pesca vendida na primeira venda da lota hoje era menos 50% do que era. Há 4 meses tinha em média uma produção de 420 mil contos ano agora só tinha 210 mil. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que haviam pessoas que tinham a lata de vir dizer

que em anteriores mandatos os documentos que vinham para a Assembleia Municipal não reflectiam a capacidade de endividamento da Câmara, que não diziam para que é que eram as obras e que sem sequer traziam os documentos que serviam de suporte ao pedido de empréstimo e às suas contratações. Felizmente que há alguns anos atrás estava consignada na lei que essa documentação deveria vir à Assembleia Municipal e no anterior mandato os empréstimos que vinham à Assembleia traziam toda essa documentação porque até legalmente era obrigatório, portanto, não viessem dizer que dantes desconheciam para que eram os empréstimos. -----

-----Relativamente à grande capacidade de gestão desta Câmara, ela fizera com que o empréstimo pedido no anterior mandato de 800 mil contos ainda não tivesse sido utilizado na totalidade, tendo sido prorrogado por duas vezes. A capacidade de gestão demonstrava-se pela capacidade de realização e esta implicava também o gasto das verbas pedidas. -----

-----Quanto ao dizerem que tinham sido o primeiro executivo a aplicar verbas de receitas correntes em despesas de capital, com mais de meio milhão de contos relativamente a mandatos anteriores, com as Sisas que esta Câmara vinha recebendo, com a aplicação da nova Tabela de Taxas e Licenças que a Assembleia aprovara e com a quantidade de pedidos de licenciamento que entravam diariamente na Câmara, se não fizessem isso agora quando é que o poderiam fazer? Era por isso que diziam que deveria haver um maior esforço da Câmara Municipal em financiar determinados tipos de investimentos com receitas próprias. -----

-----Quando o PS dizia que a oposição não queria que as crianças e os professores do concelho tivessem salas de aulas capazes, não era isso que estava em causa. Então também poderia dizer que pelo PS não haveria saneamento básico na bacia de Sesimbra porque o PS no anterior mandato tinha votado contra tudo o que tinham sido pedidos de empréstimo e até tinham proposto a alteração da localização da ETAR. -----

-----O PS tinha a maioria absoluta fizessem aquilo que tinham que fazer, eles cumpririam a sua função. Não diziam que não pedissem o empréstimo, mas que pedissem com moderação e utilizassem o dinheiro de todas as pessoas bem porque estavam a utilizá-lo mal porque estavam a desperdiçar uma situação extremamente favorável. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** disse que já se tinham habituado ao tipo de intervenções do PSD. Davam-se ao descaramento de dizer que o saneamento básico da bacia de Sesimbra merecera a oposição frontal do PS, esquecendo-se de dizerem que se a obra estava a ser

feita fora porque a Câmara PS impusera que a mesma fosse para a frente, porque há pouco tempo queriam inviabilizar o projecto como forma de não desenvolver a ETAR. -----

-----Passou, depois, a explicar que o PS sempre considerara que era um risco e um erro construir a ETAR no sítio onde estava a ser construída e tentara por várias vezes que ela fosse construída noutra zona, por vários motivos, entre eles, por se estar a prejudicar uma área molhada com uma zona de infraestruturas daquelas. A certa altura chegaram à conclusão, por um lado, que o tipo de ETAR que iria ser construída tinha alguns aspectos que não eram prejudiciais à população e que eles pensavam que poderiam, eventualmente, ser e, por outro lado, porque a opção governamental ou europeia seria fora do molho e iriam inviabilizar por completo para as calendas gregas a construção da ETAR e fora esta Câmara socialista que optou por "impor" que ela fosse para a frente como mal menor. Portanto, era um bocado demagógica a intervenção do Membro Carlos Filipe. ---

-----Era óbvio que durante 20 anos a CDU tapara buracos nas escolas, ninguém dizia o contrário, agora a questão que se discutia ali era se seria aquele tipo de gestão que resolveria os problemas. ---

-----**O Membro Conceição Morais**, reportando-se à intervenção do Membro Miguel Alarcão Bastos, perguntou se este investimento que ia ser feito na recuperação do parque escolar visava deitar abaixo todas as escolas e construí-las de raiz. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** informou que da análise que fizera do processo e das informações que lhe foram dadas, haviam determinados tipos de opções que eram inadiáveis, haviam escolas que estavam num estado de degradação tal que teriam que haver novas escolas e era um tipo de investimento que nesta fase a Câmara não tinha capacidade de execução sem a contratação de um empréstimo. Por outro lado, havia determinado tipo de obras de reparação que não valia a pena fazer porque era deitar dinheiro à rua. -----

-----**O Membro José António** disse que o Membro Miguel Bastos estava a ser extremamente injusto porque não se tratava de só tapar buracos nas escolas. Por exemplo, em relação à Escola Básica 1, 2, 3 da Quinta do Conde a Câmara gastara dezenas ou centenas de milhares de contos, assim como com a Escola de Sampaio. Na Quinta do Conde haviam 5 escolas de tinham sido feitas de raiz.**O Membro Miguel Alarcão Bastos** pediu ao Membro José António que lhe esclarecesse quantos milhares de escudos é que a Câmara tinha gasto com a Escola de Sampaio. -----

-----**O Membro José António** disse que não vinha preparado para lhe responder mas que na próxima Assembleia lhe provaria e comprovaria os valores gastos. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** disse que do que tinha conhecimento a Escola Secundária de Sampaio tinha sido construída pelo governo central.-----

-----Em relação à questão do programa eleitoral do PS, tinha assumido o compromisso de trazer a documentação necessária para discutirem e analisarem o problema do posto de saúde da Quinta do Conde, mas hoje não trouxera. Esperava numa próxima Assembleia poderem analisar o facto para verem quem provava o quê.-----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente** disse ao Membro Conceição Morais que naturalmente que tinham que ser correctos naquilo que afirmavam e ele pretendia sê-lo e quando um dia não o fosse, desde logo seria o primeiro a dar a mão à palmatória.-----

-----Quando ele falara em termos das obras que deveriam ter sido executadas nas escolas primárias era fruto de uma visita que ele fizera a todas as escolas, acompanhado do Vereador Cristóvão e de todos os Presidentes das Juntas de Freguesia no mês de Dezembro, e foram os professores que disseram aquilo que ele dera a conhecer à Assembleia.-----

-----Os professores disseram ainda que desde que tinha havido descentralização de competências para as Juntas de Freguesia era notório o trabalho que vinha sendo realizado, razão pela qual entendiam que outras competências deveriam ser delegadas nas Juntas de Freguesia. Mas não só os professores reconheciam esse trabalho como também as Associações de Pais, o que era muito importante.-----

-----Quanto à carta escolar era verdade que fora o anterior executivo que tinha iniciado a sua elaboração, mas praticamente nada estava feito.-----

-----Em relação ao Membro Carlos Afonso dizer que quando ele ia às cerimónias do movimento associativo levava subsídios ou fazia promessas, gostaria de dizer que promessas não fazia, subsídios admitia que já tinha levado um, agora comprometer-se com o apoio associativo aí sim. ---Quanto à intervenção do Membro Carlos Filipe, ficara com a ideia que ele omitira propositadamente que finalmente este ano tinham investido com receitas correntes. O investimento em 1998 fora de 1,8 milhões de contos e em 1999 fora aproximadamente de 3,5 milhões de contos. Como dizia o Membro Miguel Bastos, o problema era o endividamento sem obra, mas eles estavam a trabalhar para que cada vez mais se visse obra no concelho que tanto necessitado estava.-----

-----**O Membro Carlos Filipe de Oliveira**, a título de esclarecimento, disse que não tinha omitido nada porque ele referira-se à questão da aplicação de receitas correntes em receitas de

investimento. -----

-----Quanto aos 3,5 milhões de contos queria dizer que o Presidente da Câmara contava fortemente nesse investimento com grandes obras para as quais tinham sido garantidos em mandatos anteriores financiamentos, nomeadamente na questão da ETAR. -----

-----Não havendo mais inscrições, **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal no sentido de autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo destinado a financiar equipamentos municipais de educação e de desporto, constantes do mapa anexo à proposta apresentada, pelo prazo de 15 anos, até ao montante de 500 000 contos, nas condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos, tendo sido aprovada, por maioria, com 13 votos a favor, do PS, e 9 abstenções, da CDU e do PSD.** ---

-----Pelo **Membro Carlos Filipe de Oliveira** foi produzida a seguinte **Declaração de Voto**, em nome da Bancada do PSD: -----

-----" *O Partido Social Democrata quanto à finalidade do empréstimo concorda com a necessidade da realização de obras importantes no nosso parque escolar e apoia as obras no nosso parque escolar, mas absteve-se na votação por entender que a forma encontrada para o investimento dessas mesmas obras não é a mais correcta.* " -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** fez, em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----" *A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o pedido de empréstimo por considerar que ele é fundamental para o desenvolvimento do parque escolar e para a melhoria das condições educacionais dos jovens do nosso concelho e porque acredita na equipa socialista que está à frente da Câmara Municipal.* " -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2: "**Contratação de Empréstimo de Curto Prazo até ao Montante de 10% do Fundo Geral Municipal de 2000**", informando que este assunto baixara à Comissão "B", que reunira, cuja acta fora distribuída no início da sessão, tendo deliberado solicitar à Assembleia Municipal a aprovação do empréstimo. -----

-----Aberta a discussão do ponto, usou da palavra **o Membro Carlos Filipe Oliveira**, começando por dizer que o PSD iria votar favoravelmente este pedido de empréstimo porque entendiam que ele era uma medida de gestão que iria permitir à Câmara poder recorrer em

determinadas circunstâncias a dinheiro que poderia não ter e a problemas de tesouraria e, por isso mesmo, já no passado tinham votado favoravelmente. -----

----- Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, no sentido de autorizar a contratação de empréstimo de curto prazo, na modalidade de conta corrente, para apoio a necessidades de tesouraria, a satisfazer até ao final do corrente ano, até ao montante de 10% do fundo geral municipal 2000, tendo merecido aprovação unânime.** -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 3 : "**Eleição de Representante para Integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes**", informando que a eleição iria ser efectuada por escrutínio secreto.-----

-----Perguntou, depois, se algum Membro desejava algum esclarecimento adicional em relação à documentação que possuía. -----

-----**O Membro Carlos Afonso** gostaria de saber, tendo em conta a composição que lhes era presente, qual seria a justificação que a Câmara tinha para incluir nesta Comissão um representante da Liga dos Amigos de Sesimbra.-----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, o **Vereador Augusto Pólvora** esclareceu que a razão de ser deste convite à Liga dos Amigos de Sesimbra tinha a ver com os propósitos que esta Associação tinha na intervenção de âmbito geral no Concelho de Sesimbra, com alguma intervenção que tinha tido nos últimos dois anos a nível de questões de carácter geral para o concelho e por não haver outras organizações de carácter geral para o concelho que pudessem integrar esta Comissão. De qualquer forma gostaria de deixar o convite à Assembleia Municipal de que se houvessem propostas no sentido de alargar esta Comissão a outras entidades, seriam bem vindas.-----

-----Não havendo mais inscrições, passou-se à distribuição dos Boletins de Voto por todos os Membros presentes.-----

----- Seguidamente, procedeu-se à recolha dos mesmos junto dos Membros, com a sua introdução na urna.-- -----

----- Contados os votos, constatou-se o seguinte resultado: 13 votos expressos no Membro Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria e 9 votos em branco. -----

----- Nesta conformidade, foi eleito como representante da Assembleia Municipal para integrar a

Comissão Municipal de Trânsitos e Transportes o Membro Lisandro Trafaria, a quem **o Presidente da Assembleia Municipal** desejou as maiores felicidades nesta representação.-----

----- Encerrada a Ordem de Trabalho, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de "Intervenção Aberta ao Público"**, passando a ler o art. 43º. do Regimento da Assembleia Municipal que regula este Período.-----

----- Usou da palavra **o Município Manuel Duarte Carvalho**, morador da Lagoa de Albufeira, que solicitou, se possível, o alcatroamento do troço de estrada desde o Pinhal do Cabedal à Carrasqueira. ---

----- **A Município Albertina Oliveira**, moradora da Lagoa de Albufeira, manifestou a sua satisfação pelas novas instalações da Assembleia Municipal.-----

----- Referiu-se, depois, às carências que existiam ao nível do ensino pré-primário e apoio à infância, apelando ao apoio e empenhamento da Câmara para que rapidamente e, se possível, no próximo ano a Lagoa de Albufeira tivesse esse equipamento escolar, porque a escola de Alfarim não conseguia dar resposta às crianças que residiam naquela zona.-----

----- **O Município António Fontes**, morador da Lagoa de Albufeira, mostrou-se indignado pelo facto de ainda não ter tido resposta a um requerimento que fora enviado à Câmara Municipal, em 22 de Setembro de 1995, com o registo de entrada nº. 1 609.-----

----- Reportando-se, depois, à Rede Natura, informou que na qualidade de Presidente da Augi nº. 6, conjuntamente com outras comissões, por razões conjunturais tivera que dar a face para iniciativas de esclarecimento da matéria da Natura 2000, na medida em que existam dúvidas se a delimitação que estava para discussão pública seria ou não uma realidade e se teria ou não alguma consequência em termos de Lagoa. Uma das acções feitas, a segunda, fora solicitar ao Presidente do Instituto da Conservação da Natureza que estivesse presente ou se fizesse representar numa reunião que entendiam necessária para esclarecimento de umas situações acerca da delimitação do novo sitio da Lagoa de Albufeira e Fernão Ferro. Após o envio do fax e do original por correio dirigiu-se pessoalmente lá, tendo obtido a resposta que o Presidente já tinha despachado para a Directora dos Serviços de Conservação da Natureza e era ela que designaria quem iria ou não iria.-----c

----- Certamente também haveria alguma coisa em relação à Câmara pelo que gostaria, se fosse possível, de saber como é que as coisas estavam já que para quem tinha possibilidade de consultar na Internet a estrutura da Rede Natura 2000 encontrava, após a política de conservação da natureza da União e a fase 1 (preparação das listas nacionais) entre outras coisas, a seguinte indicação: "...para servir de base a qualquer futuro debate acerca da conservação do sitio em termos de outro uso, por

exemplo, construção de infraestruturas". Como era delimitação e como eram as suas infraestruturas isto pesava qualquer coisa.-----

----- Por último, usou da palavra o **Munícipe João Nicola**, morador no Facho de Santana, que falou sobre as más condições em que se encontrava a estrada da Serra da Achada, bem como da quantidade de entulho que todos os dias era depositado naquela estrada, perguntando que diligências é que a Câmara pretendia fazer nesse sentido.-----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, o **Presidente**, reportando-se à intervenção do Munícipe Manuel Duarte sobre a possibilidade de alcatroamento da estrada da Carrasqueira ao Pinhal do General informou que iria ver junto dos serviços.-----

----- Quanto à questão da Munícipe Albertina Oliveira da necessidade da Lagoa de Albufeira passar a ter o ensino pré-escolar, informou que o Vereador Cristovão tinha conhecimento desse assunto e tinha-o em mãos. De momento, face ao número de crianças que existiam na Lagoa naquela idade escolar ser de nove, não seria possível porque o Ministério apontava um número mínimo de 15 crianças para que pudessem instalar o ensino pré-escolar. De qualquer forma, o Vereador dera-lhe a conhecer que iria entrar em contacto com os serviços do Ministério para melhor esclarecimento sobre a matéria.-----

----- Quanto à questão levantada pelo Munícipe Fontes, sobre a Rede Natura 2000, informou que a Câmara tivera conhecimento através da comunicação social da lista dos sítios classificados na 2ª Fase da Rede Natura 2000 e por iniciativa da Câmara foram consultados e requisitados alguns documentos de modo a que os seus serviços técnicos pudessem analisar essa documentação para que até dia 15 pudessem entregar no Instituto da Conservação da Natureza um parecer quanto às áreas abrangidas por esta 2ª Fase.-----

----- Quanto à possibilidade da Câmara estar representada numa reunião no próximo dia 15 naturalmente que a Câmara iria estar representada por um técnico e talvez pela pessoa que directamente trabalhava com ele nos assuntos da Lagoa e iriam dar a conhecer da posição da Câmara que de certo iria ser o parecer que os técnicos iriam elaborar.-----

----- Em relação às questões levantadas pelo Munícipe João Nicola, quanto à chamada estrada de Argéis, informou que ainda o ano passado pensavam executar um primeiro troço que seria desde a Marconi até à última casa e isso só não tinha acontecido porque entretanto optaram por melhorar a conduta de abastecimento de água àquela zona da Vila, a qual importara em quase 30 mil contos, e que acabara à relativamente duas semanas. A empresa já estava no terreno e aquele troço iria ser repavimentado.-----

----- Quanto às quantidades de entulho que ultimamente apareciam no nosso concelho, mais na zona da Freguesia do Castelo, isso era extremamente preocupante que a Câmara desde logo aquando da elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para o corrente ano contemplara a aquisição de uma pedra desactivada. Ainda ontem tivera uma reunião com o Director de Serviço do Instituto Geológico Mineiro onde um dos assuntos abordados tinha sido esse. Tudo estava encaminhado para comprarem a pedra já desactivada no Zambujal e quando já estavam a ultimar o negócio fora-lhes dito que parte daquela pedra era pertença também de outra pessoa. A partir daí, tiveram que passar a negociar com essa pessoa e não tem sido fácil. -----

----- Estavam a trabalhar no sentido de poderem vir quanto antes ou a adquirir ou a fazerem um protocolo com o industrial que tinha a responsabilidade da extracção dos calcários mas que já não o estava a fazer, de modo a que pudessem, de uma vez por todas, evitar aquilo que estava a acontecer. Agora isto estava a acontecer porque a lixeira fora encerrada, hoje era uma estação de transferência e quando tomaram a gestão da Câmara, passados alguns meses tinham sido confrontados com esta realidade, sem saberem onde os entulhos iriam ser depositados. -----

----- A fiscalização estava instruída para actuar, mas os despejos desses entulhos só eram feitos quando tinham a certeza que não estavam a ser vistos. -----

----- Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”** foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

----- Nesta conformidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia 8 de Abril. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----